Art. 6.º Os concursos realizam-se em data e local a designar pelo coordenador de cada zona, tendo em conta a data em que os estágios tiveram início em 1981.

Art. 7.º Os júris são nomeados pelo Ministro dos Assuntos Sociais, sob proposta do coordenador de zona, que presidirá ao júri, sendo este composto por 3 elementos, não podendo nenhum deles possuir grau das carreiras inferior ao de assistente.

Art. 8.º Os interessados devem apresentar a sua candidatura mediante requerimento à coordenação de estágio da zona respectiva, dentro do prazo estipulado no aviso de abertura do concurso, donde conste a identificação completa do candidato, data do nascimento e residência.

Art. 9.º — 1 — A documentação a entregar no prazo estipulado no aviso será a seguinte:

- a) Certificado do cumprimento dos *curricula* estabelecidos por cada zona, emitido pelo respectivo coordenador de estágio;
- b) 6 exemplares do *curriculum vitae*;
- c) Certificado de licenciatura;
- d) Certificado de conclusão do internato policlínico.

2 — Os documentos referidos podem, no todo ou em parte, ser substituídos por certificado comprovativo da sua entrega pelo candidato na ARS a que estava vinculado.

Art. 10.º Nos 3 dias que seguem ao termo do prazo de abertura do concurso será afixada na respectiva coordenação de zona a lista dos concorrentes, com a indicação das faltas verificadas nos documentos apresentados.

Art. 11.º Os concorrentes dispõem de 5 dias úteis para solicitar eventuais rectificações ou regularizar a documentação em falta.

Art. 12.º A coordenação tem 5 dias úteis para resolver as questões emergentes e afixar a lista definitiva dos candidatos admitidos a concurso, o local e a ordem de chamada para prestação de provas, assim como o seu calendário.

Art. 13.º Durante o actual regime de transição e para este concurso, as provas serão as seguintes, a realizar pela ordem indicada:

- 1.ª prova — Exame de um doente por um período máximo de 60 minutos, seguido da elaboração do respectivo relatório num período máximo de 120 minutos. Durante este tempo poderão ser fixados exames complementares, que deverão ser comentados. O relatório deverá incluir discussão, diagnóstico e proposta terapêutica.
- 2.ª prova — Leitura do relatório, seguida de discussão do mesmo durante um período máximo de 30 minutos. Seguir-se-á um interrogatório teórico durante mais 30 minutos, no máximo.

A discussão do relatório é feita apenas por um elemento do júri.

O interrogatório teórico é feito, pelo menos, por 2 membros do júri.

- 3.ª prova — Apreciação curricular, que será feita por 2 membros do júri, durante um período máximo de 30 minutos.

Art. 14.º A informação final do internato complementar será dada em votação de 0 a 20 valores, que resulta da apreciação global das 3 provas efectuadas no conjunto de titulação.

Art. 15.º Cada zona terá um livro de termos, onde serão lançados em acta, pelo júri respectivo, os resultados das provas efectuadas.

CAPÍTULO II

Concurso de provimento para o lugar de assistente de clínica geral (generalista) do quadro da carreira de clínica geral.

Art. 16.º Os médicos que ingressaram na carreira de clínica geral ao abrigo da Portaria n.º 444-A/80, de 28 de Julho, por concurso aberto pelo aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1980, e colocados segundo a lista definitiva publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 12 de Agosto de 1981, homologada por despacho de 4 de Fevereiro de 1981, nos lugares da carreira de clínica geral (generalista) por distrito e concelho, tendo obtido o grau pela aprovação no concurso de habilitação referido no capítulo I, serão automaticamente colocados no mesmo concelho no lugar de assistente de clínica geral (generalista) do quadro da carreira de clínica geral, aprovado pela Portaria n.º 886/82, de 21 de Setembro, em data a fixar em despacho do Ministro dos Assuntos Sociais.

Art. 17.º Os médicos nas condições do artigo anterior deverão ser empossados nos respectivos lugares com a designação de assistente de clínica geral (generalista), alterando-se assim a anterior designação dada pela Portaria n.º 444-A/80, de 28 de Julho.

Ministério dos Assuntos Sociais, 18 de Janeiro de 1983. — Pelo Ministro dos Assuntos Sociais, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*, Secretário de Estado da Saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Decreto Regulamentar n.º 18/83

de 28 de Fevereiro

1. O Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, tornou extensivo aos trabalhadores independentes e seus familiares todo o esquema de prestações do regime geral de previdência.

2. A especificidade da actividade profissional por conta própria aconselhou a que, em relação ao subsídio de doença, se diferísse no tempo a sua regulamentação, tendo em vista uma maior ponderação quanto às mais adequadas condições da sua atribuição.

3. Com efeito, constata-se que a protecção social dos trabalhadores independentes nos diversos esquemas de segurança social europeus é ainda insuficiente, estando longe de atingir a igualdade relativamente aos demais trabalhadores, apesar de ser reconhecida a necessidade de alargamento dos regimes de protecção a todos os independentes e de alinhamento das prestações destes trabalhadores com as dos trabalhadores por conta de outrem, através de uma melhoria quali-

tativa, por forma a garantir uma igualdade de tratamento.

4. Assim, através do presente diploma, concretiza-se, por um lado, o compromisso legal assumido no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 8/82 e, por outro, dá-se um passo importante no sentido da realização da igualdade pretendida.

5. Constituindo a atribuição do subsídio de doença aos trabalhadores por conta própria medida inovadora no sistema de segurança social português, avança-se significativamente para a uniformização dos regimes, muito embora se tenha tido necessariamente em conta a especificidade das características sócio-profissionais dos referidos trabalhadores.

De salientar ainda que a introdução efectiva do subsídio de doença no esquema de prestações do regime de segurança social dos trabalhadores independentes não acarretará, ao contrário do que inicialmente se previa, um aumento da taxa de contribuições a pagar pelos comerciantes em nome individual e os profissionais livres.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Âmbito)

O presente diploma, que regula as condições de atribuição do subsídio pecuniário nos casos de impedimento temporário por doença, tuberculose ou maternidade, aplica-se aos beneficiários activos abrangidos pelo regime de segurança social dos trabalhadores independentes.

Artigo 2.º

(Prazo de garantia)

A concessão das prestações referidas no artigo 1.º depende de os beneficiários haverem completado 6 meses com entrada de contribuições.

Artigo 3.º

(Forma de cálculo do subsídio de doença)

O cálculo do subsídio pecuniário na doença para os beneficiários a que se refere o artigo 1.º será feito nos termos do regime geral.

Artigo 4.º

(Período de espera)

1 — O subsídio não será pago nos primeiros 90 dias em cada impedimento.

2 — Considera-se como equivalente à entrada de contribuições o período a que se refere o n.º 1.

Artigo 5.º

(Duração)

1 — O subsídio será pago pelo período máximo de 365 dias seguidos ou interpolados em cada período de

doença, considerando-se para o preenchimento desse prazo os períodos de impedimento cujo início se verifique nos 90 dias imediatos à alta anterior.

2 — Atingido o limite fixado no número anterior, o subsídio só voltará a ser concedido decorridos 6 meses com entrada de contribuições ou situação equivalente sobre a data a que se reporta a alta anterior.

Artigo 6.º

(Cálculo e duração do subsídio de tuberculose)

1 — O subsídio pecuniário na tuberculose será concedido aos beneficiários nas percentagens em vigor para o regime geral de previdência aplicadas sobre os valores que servem de base de cálculo ao subsídio de doença.

2 — O subsídio será concedido enquanto durar o impedimento para o trabalho.

Artigo 7.º

(Montante e duração do subsídio de maternidade)

1 — Os subsídios de maternidade a conceder às beneficiárias serão de montantes iguais aos valores que servem de base de cálculo ao subsídio de doença.

2 — O período de duração do subsídio de maternidade será o estabelecido para o regime geral de previdência.

Artigo 8.º

(Prestações em curso)

Aos subsídios pecuniários que estejam a ser atribuídos quando da entrada em vigor deste diploma aplicar-se-á o regime previsto nas presentes normas.

Artigo 9.º

(Coordenação de regimes)

1 — Para o vencimento do direito às prestações correspondentes do regime geral será tomado em conta o período de pagamento de contribuições para o regime dos trabalhadores independentes.

2 — A forma de cálculo das prestações previstas neste diploma será aplicável aos beneficiários que transitarem para o regime geral desde que em qualquer dos meses que sirvam de consideração para o cálculo das prestações nesse regime o beneficiário estivesse abrangido pelo regime dos trabalhadores independentes.

3 — As prestações previstas no presente diploma serão pagas até ao termo dos períodos legalmente estabelecidos aos beneficiários que no decurso dos mesmos deixem de estar abrangidos pelo regime de segurança social dos trabalhadores independentes.

Artigo 10.º

(Disposições subsidiárias)

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente diploma aplicar-se-ão as disposições em vigor para o regime geral de previdência.

Artigo 11.º

(Revogação)

Ficam revogadas as normas v e vi do Despacho n.º 9/82, de 4 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Março de 1982.

Artigo 12.º

(Entrada em vigor)

Este diploma entra em vigor no dia 1 do 2.º mês seguinte ao da sua publicação.

Francisco José Pereira Pinto Balsemão — Luís Eduardo da Silva Barbosa.

Promulgado em 7 de Fevereiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 9 de Fevereiro de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão.*

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

Correios e Telecomunicações de Portugal e Telefones de Lisboa e Porto

Portaria n.º 171/83

de 28 de Fevereiro

Nos termos das disposições estatutárias das empresas públicas Correios e Telecomunicações de Portugal e Telefones de Lisboa e Porto e por força do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 260/76, deverão as tarifas ser fixadas de modo a assegurar o equilíbrio entre as receitas de cada empresa e os respectivos encargos de exploração, a fim de satisfazer, com regularidade e continuidade, as necessidades colectivas, acompanhando o desenvolvimento destas e o aperfeiçoamento dos meios técnicos utilizáveis, bem como assegurar níveis adequados de autofinanciamento e de remuneração do capital investido.

Nestes termos e ao abrigo do artigo 35.º do anexo II do Decreto-Lei n.º 49 368, de 10 de Novembro de 1969, ouvido o Conselho de Ministros:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, o seguinte:

1.º Fixar o porte mínimo da carta ordinária do serviço nacional na importância de 12\$50 e adaptar o sistema tarifário de correio conforme tabelas anexas.

2.º Fixar em 1\$50 a taxa de uma palavra telegráfica, no serviço nacional, em 45\$ a taxa fixa dos telegramas e adaptar o sistema tarifário telegráfico conforme tabelas anexas.

3.º Fixar em 4\$40 a taxa unitária de uma conversação telefónica, em 625\$ a taxa de assinatura mensal de um posto principal (linha de rede), em 6250\$ a respectiva taxa de instalação e adaptar o sistema tarifário telefónico conforme tabelas anexas.

4.º Autorizar as empresas acima indicadas a, para efeitos de cobrança, arredondarem o valor final das

facturas, exceptuadas as que apenas incluam valores respeitantes ao tarifário de correio, para o valor inteiro de escudos imediatamente superior.

5.º Determinar que o novo tarifário entre em vigor em 1 de Março de 1983, podendo os CTT e os TLP aplicá-lo à medida que as suas condições técnicas o permitam.

Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, 14 de Fevereiro de 1983. — O Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, *José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista.*

Tarifa Nº 1 - Correio

I - Correspondência (via terrestre e marítima)

A - Serviço Nacional

Porte

Numero das Taxas	Categoria	Escalão de peso	Taxas
	CARTAS	Até 20g:	
1001		Formato normalizado	12\$50
1002		Formato não normalizado	24\$00
1003		Mais de 20g até 100g	24\$00
1004		Mais de 100g até 250g	50\$00
1005		Mais de 250g até 500g	95\$00
1006		Mais de 500g até 1000g	170\$00
1007		Mais de 1000g até 2000g	260\$00
1011	BILHETES-POSTAIS		12\$50
	IMPRESSOS SIMPLES	Até 20g:	
1021		Formato normalizado	6\$50
1022		Formato não normalizado	11\$00
1023		Mais de 20g até 100g	11\$00
1024		Mais de 100g até 250g	22\$00
1025		Mais de 250g até 500g	42\$00
1026		Mais de 500g até 1000g	72\$00
1027		Mais de 1000g até 2000g	108\$00
	LIVROS, BROCHURAS, FASCÍCULOS, MÚSICAS E CARTAS GEOGRÁFICAS QUE NÃO CONTENHAM QUALQUER PUBLICIDADE OU ANUNCIO ALÉM DOS QUE FIGUREM NA CAPA OU NAS PÁGINAS DE GUARDA		
		Até 20g:	
1031		Formato normalizado	3\$00
1032		Formato não normalizado	4\$00
1033		Mais de 20g até 100g	4\$00
1034		Mais de 100g até 250g	10\$00
1035		Mais de 250g até 500g	20\$00
1036		Mais de 500g até 1000g	35\$00
1037		Mais de 1000g até 2000g	50\$00
1038		Por cada escalão de 1000g a mais até 5000g	25\$00
	JORNAIS E PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS IMPRESSOS EM PORTUGAL E EXTERIORES DIRECTAMENTE PELOS RESPECTIVOS DIRECTORES OU PROPRIETÁRIOS OU POR SEUS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES, EM		